ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 92/XIII/ 3.ª SL

Aos 06 dias do mês de dezembro de 2017, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

09:00 - Audição do Presidente do Conselho Nacional de Saúde para prestar esclarecimentos sobre a recente divulgação do «Relatório sobre a Saúde em Portugal - O que se sabe em 2017» e sobre os «Fluxos Financeiros no SNS», a requerimento do PS e do PSD, respetivamente.

1. Informações;

2. Apreciação e votação das atas n.ºs 89 e 90 (OE) relativas aos dias 25 de outubro e 13 de novembro;

3. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 244/XIII/2.ª, «Solicitam que seja analisada a reorganização dos Serviços de Saúde da Freguesia de Vinha da Rainha»; Relatora: Deputada Isabel Galriça Neto;

4. Fixação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 651/XIII/2.ª (BE) - Recomenda ao Governo que recuse o plano para a constituição da Unidade Local de Saúde de entre o Douro e Vouga, procurando alternativas que garantam mais proximidade e investimento nos serviços de saúde, e do Projeto de Resolução n.º 1089/XIII/3.ª (PCP) - Pela valorização do Hospital Dr. Francisco Zagalo (Ovar);

5. Fixação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º1065/XIII/3.ª (CDS-PP) - Recomenda ao Governo a implementação de medidas na área da oncologia pediátrica, promovendo maior apoio e proteção aos menores portadores de doença oncológica e aos seus cuidadores, do Projeto de Resolução n.º 1092/XIII/3.ª (PSD) - Recomenda ao Governo que adote medidas de reforço do apoio às crianças e jovens com cancro, do Projeto de Resolução n.º 1094/XIII/3.ª (PCP) - Reforço de medidas na área da oncologia pediátrica e de apoio às crianças e adolescentes com cancro e suas famílias, do Projeto de Resolução n.º 1095/XIII/3.ª (PAN) - Recomenda ao Governo que implemente várias medidas destinadas a uma maior proteção dos menores com doença oncológica e dos respetivos familiares/cuidadores, e do Projeto de Resolução n.º 1097/XIII/3.ª (BE) - Recomenda ao Governo que adote medidas de reforço do apoio às crianças e jovens com cancro;

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 92/XIII/ 3.ª SL

6. Admissão e distribuição das Petições n.º 406/XIII/3.ª - «Solicita a adoção de medidas no âmbito da Saúde de Qualidade» e n.º 419/XIII/3.ª - «Planeamento de Recursos Humanos no sector da Medicina em Portugal»;

7. Discussão e votação do requerimento do BE, solicitando a Audição do Ministro da Saúde, na sequência da renovação, por 2 anos, do contrato com a Lusíadas Saúde para gestão clínica do Hospital de Cascais.

09:00 - Audição do Presidente do Conselho Nacional de Saúde para prestar esclarecimentos sobre a recente divulgação do «Relatório sobre a Saúde em Portugal - O que se sabe em 2017» e sobre os «Fluxos Financeiros no SNS», a requerimento do PS e do PSD, respetivamente

O Presidente deu as boas vindas ao Prof. Jorge Simões, Presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que veio acompanhado pela Prof.ª Isabel Loureiro, Vice-Presidente do CNS, para prestar esclarecimentos na sequência dos requerimentos do PS e do PSD. Informou que cada grupo parlamentar disporá de 4 minutos para cada um dos requerimentos, que serão discutidos autonomamente, respondendo o Presidente do CNS no fim de cada um com igual tempo.

Requerimento do PS - «Relatório sobre a Saúde em Portugal - O que se sabe em 2017»

Os Deputados agradeceram a presença do Presidente e Vice-Presidente do CNS, felicitando-os pelo trabalho desenvolvido.

A Deputada Eurídice Pereira fez o enquadramento do requerimento, salientando a importância da audição e dizendo que o CNS só foi criado em 2016, apesar de estar previsto na Lei de Bases da Saúde desde 1990. Colocou questões, designadamente, sobre se foi definida alguma estratégia quanto às abordagens prioritárias para a definição de políticas de saúde e se já foi elaborado o Relatório para o próximo ano. O presente Relatório apresenta uma síntese, mais qualitativa do que quantitativa, e identifica genericamente os top 5 de três aspetos, a morbilidade, a mortalidade e os determinantes de saúde, perguntando como é avaliada a ausência da referência a restrições socioeconómicas e se esta omissão de agora não inviabilizará

consequências futuras e qual foi a necessidade de elaborar um Relatório sobre fluxos financeiros.

A Deputada Ângela Guerra constata que o Relatório faz uma síntese mais quantitativa do que qualitativa dos resultados, sendo importante pela sistematização das causas, mas não apresenta dados novos, sublinhando que a promoção da saúde e a prevenção da doença não têm suficiente expressão nos orçamentos do SNS. Perguntou ao CNS, que é um órgão consultivo, como acha que o Governo deverá dar expressão às políticas destacadas no relatório e como combater as causas dos fatores de risco identificados, a mortalidade, a morbilidade e os determinantes da saúde.

O Deputado Moisés Ferreira entende que o levantamento dos top 5 vai em linha com muitos estudos que já existem. Portugal tem maior esperança média de vida, o que não se traduz numa maior qualidade nos últimos anos de vida, perguntando se o CNS pretende fazer outras recomendações ao Ministério da Saúde e se vão de encontro aos top 5 identificados, quais as medidas que pensam propor no sentido da prevenção e de que forma se pode melhorar a qualidade de vida à medida que os anos vão aumentando. Julga que os determinantes sócio económicos, que são importantes, tendem a ficar de fora das análises, perguntando que recomendações pensa fazer para os avaliar.

A Deputada Isabel Galriça Neto considera que a informação é interessante e relevante sem prejuízo de se deverem realizar estudos ulteriores e nesta medida gostaria de saber que estudos pensam efetuar e em que linha de trabalho. Gostaria ainda de saber como é que o CNS pode chamar a atenção das entidades formadoras dos recursos humanos em saúde para a realidade da doença crónica, a fim de se obterem melhores resultados em saúde, quais as consequências que terão as recomendações e de que forma o Governo as terá em conta e as implementará. Os top 5 tem uma referência genérica à saúde mental, perguntando de que forma se pode atuar em relação às demências, que têm um grande impacto na saúde e nas famílias.

A Deputada Carla Cruz referiu que os Relatórios fazem meta análises de estudos e trabalhos produzidos. São conhecidas as causas, estão compiladas as dimensões, perguntando de que forma o CNS poderá ir para além destas recomendações e influenciar a política de saúde, designadamente quanto às causas e doenças que possam ser previsíveis, devendo recomendar uma maior aposta na prevenção da

doença e promoção da saúde, onde se afetam menos recursos. Perguntou se a tutela conhece as recomendações e qual é o *feedback* que o CNS tem.

O Prof. Jorge Simões agradeceu as questões colocadas pelos Deputados, bem como a sua presença no Fórum realizado no mês anterior, aquando da apresentação pública dos documentos. Referiu que o CNS é um órgão independente composto por 30 membros de proveniências diversas, como as associações de doentes, associações de utentes, representantes das freguesias e dos municípios e dos governos regionais, enfatizando que os relatórios também devem ter em consideração as realidades geográficas dos Açores e da Madeira. A elaboração do Relatório sobre a situação da saúde em Portugal, que é obrigatório, abrange o que foi produzido de fonte oficial nos últimos três anos, identificando o que já estava dito nos diversos estudos e a esse propósito elaboraram as seis recomendações, sublinhando que a prevenção é um dos aspetos mais frágeis de intervenção. O Relatório de 2018 será apresentado no início do ano e uma das áreas a estar em cima da mesa é a das demências e um outro tema que ainda não está consensualizado. Disse que conta com a AR para solicitar pareceres ao CNS sobre ~~um~~ temas que gostariam de ver tratados, bem como com o Governo. Concluiu, dizendo que ainda não tem reação do Governo aos Relatórios do CNS, até porque se passou pouco tempo.

Requerimento do PSD sobre os «Fluxos Financeiros no SNS»

A Deputada Ângela Guerra apresentou o requerimento que pretende esclarecimentos sobre o estudo «Fluxos Financeiros no SNS», que é da iniciativa do CNS e que identifica as áreas onde o investimento é aplicado. O diagnóstico da situação permitiu retirar conclusões sobre as áreas mais carenciadas e essa informação vem contribuir para uma maior transparência e saber onde é gasto o orçamento do SNS. Falou das verbas transferidas para o SNS no OE2018, que parece serem insuficientes, e disse que o saldo entre as receitas e as despesas está a agravar-se. Perguntou quais seriam as medidas que, no entender do CNS, teriam de ser tomadas para garantir a sustentabilidade do SNS.

O Deputado António Sales falou da suborçamentação crónica do SNS, onde a taxa de execução fica sempre acima do orçamentado, referiu que os défices em saúde são crónicos e que a maior fatia da despesa corrente do SNS é relativa a cuidados curativos, onde os hospitais têm a maior parte. Pretende saber se a despesa privada em saúde não é uma das áreas fundamentais onde se tem de atuar, o que pensa da

nova fórmula de hospitalização domiciliária e qual deverá ser o papel da ERS e da AR relativamente à recomendação seis do Relatório que pretende «*Incentivar a articulação entre as várias entidades responsáveis pela colheita e tratamento dos dados em saúde, de modo a evitar duplicações de esforços e gastos*».

O Deputado Moisés Ferreira salientou que a despesa pública vem divergindo da média da OCDE, que há um aumento da esperança média de vida e um aumento do número de doentes a necessitarem de mais cuidados. Sabe-se que quanto menos o Estado gasta na saúde mais as famílias têm de gastar e que o desinvestimento em saúde nos últimos anos se traduz numa maior despesa com os privados. Tendo em conta que o CNS propõe um orçamento plurianual, como pensa que deveria ser feito, julgando o BE que deve ser em áreas que não têm tido investimento, como a da prevenção.

A Deputada Isabel Galriça Neto considerou que o estudo aborda matérias interessantes relacionadas com aspetos de curto e opções de médio e longo prazo e revela que os valores orçamentados são inferiores à despesa efetiva. Perguntou que passos terão de ser dados para se fazer um orçamento plurianual e como inverter a prática hospitalocêntrica que persiste e investir mais na área de cuidados continuados.

A Deputada Carla Cruz disse que o estudo confirma o que o PCP sempre disse, de que há subfinanciamento na saúde, que entre 2011 e 2015 registou uma quebra maior, limitando a renovação de equipamento e instalações e a contratação de profissionais e aumentando a despesa das famílias. O CNS recomenda um orçamento plurianual, devendo por isso ser avaliadas as necessidades de investimento, que atualmente é maior na parte curativa e de tratamento, em detrimento da prevenção. Perguntou que avaliação fazem das experiências piloto nas áreas da saúde oral e da saúde visual e como encaram o seu alargamento para uma cobertura nacional.

O Professor Jorge Simões agradeceu as questões referindo que é importante saber onde é aplicada a despesa e o estudo pretende clarificar e analisar o que consta dos programas dos Governos e o que foi executado e que o assusta haver pouco investimento na prevenção. É preciso pensar no longo prazo, por exemplo, e decidir o que se pode fazer para que em 2040 se tenha uma expetativa de vida saudável aos 65 anos, que em Portugal é de sete ou oito anos e nos países nórdicos é de mais de 15 anos. Para atingir resultados deve ser elaborada uma estratégia de longo prazo e saber quais as necessidades em termos de profissionais, demográficos e hospitalares, etc.. Os bons resultados em saúde em Portugal fizeram-se com políticas integradas e

não setoriais, sendo adepto da criação de um gabinete de planeamento, que já existiu em 1990, para se fazerem os estudos necessários, referindo que vai apresentar uma proposta ao CNS visando melhorar os resultados em saúde.

O Presidente agradeceu ao Prof. Jorge Simões os esclarecimentos e as explicações dadas nesta audição, cuja gravação pode ser acedida aqui.

1. Informações

O Presidente informou que na próxima semana se realizará a audição das personalidades indigitadas para o cargo de Vogal do Conselho de Administração da ERS (Eng.ª Maria Manuela Álvares e Dr. Rogério Nogueira de Carvalho), conforme previsto no n.º 3 do artigo 17.º da Lei-quadro das entidades reguladoras, aprovada pela Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto. O Presidente informou também que a audição com o Ministro sobre o «INFARMED», a requerimento do PSD, está agendada para o dia 20 de dezembro. Informou ainda que o GP BE deu conta de que o seu líder parlamentar Deputado Pedro Filipe Soares será substituído pela Deputada Mariana Mortágua a partir de 24 de novembro.

2. Apreciação e votação das atas n.ºs 89 e 90 (OE) relativas aos dias 25 de outubro e 13 de novembro

As Atas n.ºs 89 e 90 (OE) relativas aos dias 25 de outubro e 13 de novembro foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

3. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 244/XIII/2.ª - «Solicitam que seja analisada a reorganização dos Serviços de Saúde da Freguesia de Vinha da Rainha»; Relatora: Deputada Isabel Galriça Neto

A Deputada Isabel Galriça Neto apresentou o Relatório Final da Petição n.º 244/XIII/2.ª, referindo o seu objeto, procedendo à sua análise e dando conta das diligências efetuadas, nomeadamente quanto à audição dos peticionários e do pedido de informação ao Ministro da Saúde, que até à data não respondeu. Concluiu com o parecer de que o Relatório Final deverá ser enviado ao PAR, com conhecimento à primeira subscritora, devendo o mesmo ser arquivado posteriormente. Deverá ainda ser enviado aos grupos parlamentares e ao Governo para eventual apresentação de iniciativas legislativas ou para a tomada de medidas que entendam pertinentes.

A Deputada Fátima Ramos cumprimentou a Relatora e lamentou que o Ministério não tenha respondido. As USFs são um bom sistema, têm de ser melhoradas e seria importante que o Governo procedesse a acertos pontuais.

A intervenção do Deputado João Gouveia, sobre este ponto, anexa-se à ata, da qual faz parte integrante, e contém propostas de alteração ao Relatório.

O Deputado Moisés Ferreira cumprimentou a Relatora, informando que votará favoravelmente o Relatório Final.

A Deputada Carla Cruz cumprimentou a Deputada, acentuando que o acesso à saúde e aos cuidados de proximidade devem ser defendidos intransigentemente. Parece que a pretensão dos peticionários deve ser tida em consideração, identificando os obstáculos e resolvendo os problemas do acesso à saúde.

O Deputado José António Silva disse ter estado presente na audição e que o Relatório transcreve o que se passou.

A Deputada Isabel Galriça Neto lamentou que o Deputado João Gouveia não tivesse estado presente na audição dos peticionários, onde poderia ter esclarecido a situação.

O Relatório Final reflete efetivamente o que se passou, não vendo motivo para proceder à sua alteração.

O Presidente cumprimentou a Deputada e colocou o Relatório à votação, o qual foi aprovado por maioria, com os votos a favor do PSD, BE, CDS-PP e PCP e a abstenção do PS, registando-se a ausência do PEV.

4. Fixação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 651/XIII/2.ª (BE) - Recomenda ao Governo que recuse o plano para a constituição da Unidade Local de Saúde de entre o Douro e Vouga, procurando alternativas que garantam mais proximidade e investimento nos serviços de saúde, e do Projeto de Resolução n.º 1089/XIII/3.ª (PCP) - Pela valorização do Hospital Dr. Francisco Zagalo (Ovar)

A redação final do texto resultante da fusão dos Projetos de Resolução n.º 651/XIII/2.ª (BE) e n.º 1089/XIII/3.ª (PCP) foi fixada, sem oposição de qualquer dos grupos parlamentares presentes.

5. Fixação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º1065/XIII/3.ª (CDS-PP) - Recomenda ao Governo a implementação de medidas na área da oncologia pediátrica, promovendo maior apoio e proteção aos menores portadores de doença

oncológica e aos seus cuidadores, do Projeto de Resolução n.º 1092/XIII/3.ª (PSD) - Recomenda ao Governo que adote medidas de reforço do apoio às crianças e jovens com cancro, do Projeto de Resolução n.º 1094/XIII/3.ª (PCP) - Reforço de medidas na área da oncologia pediátrica e de apoio às crianças e adolescentes com cancro e suas famílias, do Projeto de Resolução n.º 1095/XIII/3.ª (PAN) - Recomenda ao Governo que implemente várias medidas destinadas a uma maior proteção dos menores com doença oncológica e dos respetivos familiares/cuidadores, e do Projeto de Resolução n.º 1097/XIII/3.ª (BE) - Recomenda ao Governo que adote medidas de reforço do apoio às crianças e jovens com cancro

Os GPs consideraram que a redação proposta não corresponde a todo o conteúdo dos seus PJR, pelo que a proposta de fusão não foi aceite. A Deputada Isabel Galriça Neto salientou que não está explicitado no articulado da proposta de fusão que o âmbito é o da oncologia pediátrica. A Deputada Ângela Guerra frisou que há alíneas inteiras do seu PJR que não constam da proposta de fusão. A Deputada Carla Cruz considerou que não é fácil traduzir num único projeto ideias diferentes, verificando-se que há uma omissão das posições políticas vertidas nos PJRs. O Deputado António Sales aguarda nova redação para se pronunciar.

O Presidente sugeriu aos GPs que reunissem para encontrar um texto de fusão, por consenso, para que não tivessem que ser fixadas cinco redações sobre o mesmo assunto.

Este ponto da ordem do dia foi adiado.

6. Admissão e distribuição das Petições n.º 406/XIII/3.ª - «Solicita a adoção de medidas no âmbito da Saúde de Qualidade» e n.º 419/XIII/3.ª - «Planeamento de Recursos Humanos no sector da Medicina em Portugal»

Para elaboração de Relatório Final foram admitidas e distribuídas as Petições n.º 406/XIII/3.ª - «Solicita a adoção de medidas no âmbito da Saúde de Qualidade», ao PS, que indicou o Deputado João Marques e n.º 419/XIII/3.ª - «Planeamento de Recursos Humanos no sector da Medicina em Portugal», ao PSD, que posteriormente indicará o Deputado Relator.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 92/XIII/ 3.ª SL

7. Discussão e votação do requerimento do BE, solicitando a Audição do Ministro da Saúde, na sequência da renovação, por 2 anos, do contrato com a Lusíadas Saúde para gestão clínica do Hospital de Cascais

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o requerimento que solicita a audição do Ministro da Saúde na sequência da renovação, por 2 anos, do contrato com a Lusíadas Saúde para gestão clínica do Hospital de Cascais. Disse que apesar de no início do ano ter sido anunciado que seria lançado um concurso, e apesar dos dados publicados, soube «*que a prorrogação de contrato com o grupo Lusíadas Saúde já foi feita, de forma administrativa, por mais dois anos*». Disse estranhar que o anúncio público desta renovação fosse feito pela Presidente da ARSLVT.

A Deputada Ângela Guerra realçou algumas curiosidades, nomeadamente que a dirigente do BE, a Deputada Catarina Martins, disse que 2017 seria o ano do combate às PPP, mas apoia o Governo que prorrogou o prazo da concessão da PPP de Cascais, sublinhando que quando chega a hora de decidir, mesmo não havendo qualquer análise e rigor, a concessão é renovada.

O Deputado João Marques disse ser favorável à audição do Ministro da Saúde para proceder às explicações sobre a renovação da concessão da PPP de Cascais, que já estava prevista.

A Deputada Isabel Galriça Neto disse que o CDS-PP tem sido coerente, ao contrário do BE, que invoca um conjunto de princípios e não retira consequências políticas disso. Salientou que para o CDS-PP não se pode banalizar o tipo de audições que a Comissão faz, sob pena de perderem importância. Esclareceu que o GT PPPs, do qual é Coordenadora, não reuniu ainda porque foi acordado aguardar pela informação solicitada à tutela e só depois se agendariam as audições. Não tendo sido recebida a documentação pedida, solicita que seja reiterado o pedido, com caráter de urgência.

A Deputada Carla Cruz disse que o PCP acompanha o requerimento. Disse ser sobejamente conhecida a posição do PCP sobre as PPP, tanto da saúde como de todas as outras, informando que durante a discussão orçamental apresentou uma proposta visando a sua revogação. Recordou que, por proposta do PCP, foi constituído um GT PPPs e solicitada documentação, para posteriormente se realizarem audições. Não tendo sido possível ouvir as entidades propostas no âmbito do GT PPPs, requereu oralmente que as audições da ARS de Lisboa e Vale do Tejo e do Gestor Público da PPP de Cascais se realizassem em Comissão.

O Deputado Moisés Ferreira salientou que não defende os privados, está a defender o que sempre defendeu, acrescentando que os indicadores financeiros referem que o Estado gasta mais com as parcerias, como mostram as contas da PPP de Cascais.

A Deputada Ângela Guerra entende que a audição das duas entidades propostas pela Deputada Carla Cruz deve ocorrer no GT PPPs. Disse que a posição do PSD sobre as PPPs é clara, mas está curiosa para ver qual será a posição do BE sobre o novo hospital de Lisboa, que também será uma PPP.

O Deputado António Sales declarou que o PS privilegia o setor público, mas não tem qualquer preconceito contra as PPP, devendo analisar-se caso a caso. Sobre as audições propostas no requerimento oral do PCP, não tem nada a opor. Frisou que o Relatório produzido pela da Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos, que faz o acompanhamento global dos processos das PPPs, é muito importante, fazendo sentido ouvir o Ministro da Saúde porque é o responsável político.

O Presidente colocou à votação o requerimento do BE, que foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Igualmente colocou à votação o requerimento oral do PCP que propõe a audição da ARSLVT e do Gestor Público da PPP de Cascais, que foi aprovado por maioria, com os votos a favor do PS, BE e PCP e as abstenções do PSD e do CDS-PP, registando-se a ausência do PEV.

A reunião foi encerrada às 11:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a gravação da reunião ser acedida aqui.

Palácio de São Bento, 06 dezembro 2017.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 92/XIII/ 3.ª SL

ANEXO I

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Catarina Marcelino
Cristóvão Simão Ribeiro
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
João Marques
Jorge Falcato Simões
José António Silva
José de Matos Rosa
José Luís Ferreira
Ana Rita Bessa
Francisco Rocha

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Luís Graça
Luís Vales
Maria Antónia de Almeida Santos
Marisabel Moutela
Miguel Santos
Moisés Ferreira
Ricardo Baptista Leite
Teresa Caeiro

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar o Senhor Deputado:

Luís Soares

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 92/XIII/ 3.ª SL

ANEXO II

COMISSÃO DE SAÚDE – REUNIÃO DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017
PETIÇÃO Nº 244/XIII/2ª – Relatório Final

Deputado João Gouveia

Intervenção inicial

Muito obrigado Senhor Presidente...
Cumprimentar as Senhoras e os Senhores Deputados

Uma nota prévia para vos adiantar que tendo sido eu Presidente da Câmara Municipal de Soure de 1994 a 2013, 20 anos, e Presidente da Assembleia Municipal de Soure no mandato anterior, 2013 – 2017 e no actual, recém-iniciado, naturalmente, que conheço bem a questão subjacente a esta Petição.

Permitam-me umas breves notas históricas de enquadramento e uma informação actualizada sobre a evolução deste processo antes de me pronunciar sobre o Relatório final em apreciação.

Assim, recuando ao inicio do ano de 2011, constatava-se, então, que a Rede Concelhia, no Plano dos Cuidados de Saúde Primários, assentava em três "Pilares":

- Uma Unidade de Saúde Familiar na Sede do Concelho (Soure VitaSaurium);
- Um conjunto de centralidades intermédias de proximidade, concretamente, 8 (oito) Extensões de Saúde, em 8 (oito) sedes de Freguesia;
- Um sistema de transporte de Pessoas, o ECO Saúde, que assegurava o acesso, designadamente, dos residentes nas Freguesias mais pequenas, que não tinham Extensão de Saúde;

Nesta ambiência, de Paz Social:

- O Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego (ACES BM), em Junho de 2011, apresentou à Câmara Municipal de Soure, uma Proposta de Carta de Saúde para o Concelho, no âmbito da reforma dos Cuidados de Saúde Primários;
- A Câmara Municipal, na sua reunião de 12 de Agosto de 2011, considerou que essa Proposta, não só diagnosticava bem a realidade Concelhia, mas também perspectivava de forma adequada o futuro, tendo, então, sido aprovado um Parecer Favorável, por unanimidade;

- Releve-se que nessa Proposta não estava previsto, nem se apontava para qualquer encerramento... Antes, para uma melhoria e alargamento das respostas de Saúde existentes, designadamente, através da criação de uma outra Unidade de Saúde Familiar na Freguesia de Granja do Ulmeiro, dirigida a todo o Norte do Concelho de Soure;

- Releve-se, igualmente, que nessa Proposta de Carta de Saúde, as então consideradas "modernas" Extensões de Saúde da Freguesia de Vinha da Rainha e das Freguesias de Degracias e de Pombalinho, ficavam afectas à Unidade de Saúde Familiar de Soure (USF), a VitaSaurium.

A verdade é que nos anos seguintes não foi bem isso que veio a acontecer, bem pelo contrário...

A estratégia nacional adoptada pelo governo de então, como é do conhecimento público, também na área da saúde, provocou uma degradação e uma redução da capacidade de resposta do Serviço Nacional de Saúde.

Neste período, a racionalidade económica e social, pedra angular do Serviço Nacional de Saúde, pareceu ter perdido a componente social!!!

Este caso concreto da Extensão de Saúde da Freguesia da Vinha da Rainha, é um exemplo ilustrativo disso mesmo.

Com efeito, passaram 4/5 anos com a perspectiva sombria do seu encerramento a pairar...

E, sempre que sem resposta na sua Extensão de Saúde, viram a prestação do serviço a ser negada na Sede do Concelho e a terem que se deslocar, obrigatoriamente, para o estremo Norte do Concelho.

Já, em 2016,

Após a última mudança de governo...

Com a assumida e pública aposta, entre outras, do novo governo, na expansão e melhoria da capacidade da Rede de Cuidados de Saúde Primários, passou a haver como que uma nova esperança!!!

A Assembleia Municipal de Soure e a Câmara Municipal, numa inequívoca postura de solidariedade activa foram, entretanto, continuando a desenvolver esforços junto dos responsáveis, quer da Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC), quer do ACES BM.

No corrente ano de 2017,

Estes alertas, estas chamadas de atenção continuaram.

E, o que é facto é que no final de Junho do corrente ano de 2017, já com o novo Director Executivo do ACES BM em funções, ocorreu mais uma reunião de trabalho onde, tanto quanto me foi transmitido na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal de Soure, foi finalmente definido que a Extensão de Saúde da Freguesia de Vinha da Rainha ficaria afecta à USF de Soure.

Aliás, importará relevar que, neste momento:

- A Extensão de Saúde da Freguesia de Vinha da Rainha não encerrou;
- O seu horário de funcionamento é bem razoável

... Segundas-feiras, Terças-feiras e Quartas-feiras, das 8h30m às 13h00m e das 14h00m às 16h30m;

... Quintas-feiras das 9h00m às 13h00m e das 14h00m às 20h00m;

... Sextas – feiras das 9h00m às 13h00m;

... Fins de semana e Feriados das 10 às 18h, em Soure.

Assim, faltará apenas resolver o problema da persistência da obrigatoriedade da ida à Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) da Granja do Ulmeiro, nos dias da semana, entre as 14h00m e as 20h00m, quando não há médico na Extensão.

Mas, nessa mesma reunião de final de Junho foi igualmente definido que a resolução deste problema deveria ocorrer, o mais tardar, até ao final do 1º Trimestre de 2018...

Isto, com base no reforço do número de médicos da USF de Soure, de 6 (seis) para7 (sete), decorrente de um processo de mobilidade já acordado, em curso...

O problema estará, assim, prestes a deixar completamente de o ser.

Neste quadro factual, afigura-se-nos que a nossa responsável monitorização deste processo irá confrontar-se com 2 (duas) hipóteses:

- *Problema resolvido* – Nada mais a fazer.

- *Problema não completamente resolvido* - Justificar-se-à o recurso a uma iniciativa legislativa que ajude à sua resolução.

Em bom rigor, "indo de encontro" à metodologia preconizada no Parecer que integra o Relatório que estamos a apreciar.

Por fim, a terminar...
Saudar a Senhora Deputada Relatora pelo trabalho desenvolvido...
No entanto, de acordo com o que me foi explicado por alguns dos Peticionários participantes na Audição, importará corrigir as inexactidões constantes nos 2 (dois) últimos parágrafos da página 5 (cinco), da Proposta do Relatório Final.
Concretamente, no penúltimo parágrafo importará clarificar que tal está a ocorrer apenas nos dias úteis da semana.
No último parágrafo, a resposta dos Peticionários partiu do pressuposto que a Senhora Deputada se referia ao Centro de Saúde de Soure, e não da Vinha da Rainha (onde nunca existiu qualquer Centro, mas sim a Extensão).

2.ª Intervenção, em debate

Muito obrigado Senhor Presidente...
Senhoras e Senhores Deputados...

Não se trata de questionar a Proposta de Relatório Final, no plano substantivo, tão só clarificar aquilo que os Peticionários participantes na audição terão dito ou procurado expressar sobre os assuntos abordados.

Não havendo abertura para a correcção das inexatidões em causa, os Deputados do Partido Socialista irão abster-se na votação da Proposta de Relatório Final.